



Relatório da visita de estudo ao Parque Natural do Alvão

Maio de 2006



Fernando Reis
23770

Sérgio Leite
19536

Susana Fonseca
23765

Vera Gonçalves
19537

ÍNDICE

ÍNDICE	1
1 INTRODUÇÃO	2
2 OBJECTIVOS DA VISITA	2
3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL	2
3.1 GEOLOGIA	2
3.2 CLIMA	3
3.3 FAUNA	3
3.4 FLORA	3
4 PERCURSO DA VISITA	4
5 SUGESTÕES PARA A RESOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS.....	6
6 CONCLUSÕES	7
7 BIBLIOGRAFIA.....	7
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O Parque Natural do Alvão, como Área Protegida, foi criado pelo Dec. -Lei nº 237/83 de 8 de Junho, inserindo-se actualmente na Lista Nacional de Sítios – ao abrigo da directiva Habitats (92/43/CEE) – e na Rede Natura 2000, constituindo Biótopo CORINE. Com uma área de 7 239 hectares, situa-se na cadeia montanhosa definida pelas Serras do Alvão e do Marão e abrange parte dos concelhos de Mondim de Basto e de Vila Real. A sua delimitação teve como principal objectivo a protecção dos ecossistemas autóctones, que de outra forma poderiam ser ameaçados. A área do Parque, embora de reduzidas dimensões (é o menor parque natural a nível nacional), é bastante rica em diversidade, englobando diferentes unidades estruturais, como sejam a floresta, a agricultura e os meios urbanos – ao nível rural – cujos recursos e património importam preservar.

No entanto, e como em muitas outras áreas protegidas, a sua gestão não é uma tarefa fácil, deparando-se a direcção do Parque com todo um sistema vivo em constante mudança e sujeito aos factores evolutivos internos, associado a uma série de externalidades a que o próprio Parque é alheio.

2 OBJECTIVOS DA VISITA

Conscientes de que o exemplo é uma forma de aprendizagem, realizamos mais uma vez uma visita de estudo ao Parque Natural do Alvão (PNA), desta feita com o objectivo de avaliar os principais problemas com que esta zona de protecção se tem debatido e identificar as dificuldades de gestão do PNA, tentando numa fase posterior procurar potenciais soluções para esses problemas.

Procurámos com esta viagem estabelecer um contacto com as principais estratégias de conservação da natureza, do ambiente e de ordenamento do território, numa perspectiva de contribuir para o aumento da qualidade de vida do Homem.

3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

3.1 GEOLOGIA

Em termos geológicos, na área afecta ao PNA predominam os granitos e os xistos, com maior incidência dos primeiros. Segundo Moura (2001), os granitos das **zonas mais altas** dividem-se em granito biotítico, pós-tectónico (na forma de bolas e que confere um cariz agreste à paisagem) – Lamas de Olo, Agarez e Arnal – e granito de duas micas, sin-tectónico (de forma menos granulosa e mais linear e adoçada) – Lamas de Olo. Nas **zonas mais baixas** temos áreas de rochas metamórficas – Ermelo, Fervença e Barreiro – que surgem em paralelo com os filitos e quartzitos das **zonas intermédias** – Varzigueto e Físgas – onde aparecem incrustações de quartzo, cuja dureza é em parte responsável por muitas das transições bruscas que se verificam em diferentes locais do parque, nomeadamente as quedas de água, que se situam numa bancada de quartzo. Estas formações rochosas tiveram a sua origem nas forças intercrustais, consubstanciadas por todo um conjunto de fenómenos edafo-bioclimáticos.

3.2 CLIMA

Nos limites do PNA existe uma considerável diversidade climática. Apesar da influência mediterrânica, caracterizada por Invernos húmidos e Verões secos, a altitude e a proximidade do mar são factores determinantes que condicionam o clima desta região. Assim, os Invernos para além de húmidos são frios e os verões são secos, mas pouco rigorosos. Nas altitudes mais elevadas, temos a chamada *terra fria*.

Para além da temperatura destacamos a precipitação, que nesta região se faz sentir com bastante intensidade. Para tal contribui a exposição norte-sul da própria formação orográfica, que retém as massas de ar húmido provenientes do litoral atlântico e fomenta a precipitação.

3.3 FAUNA

A paisagem do Parque Natural é marcada, entre outros, pela presença de fauna autóctone de reconhecida importância, muito embora essa biodiversidade se encontre ameaçada por factores como a redução territorial e a diminuição dos recursos.

Das 196 espécies de vertebrados recenseadas – 117 no anexo II da Convenção de Berna e 44 no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, segundo Moura, 2001 – destacamos apenas algumas, pela sua importância em termos de conservação, sob pena de tornar esta descrição demasiado exaustiva.

Assim, e no que respeita às aves temos o falcão peregrino (*Falco peregrinus*), a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) e a coruja-do-mato (*Strix aluco*). Os mamíferos mais representativos são o lobo (*Canis lupus*), o coelho (*Oryctolagus cuniculus*) e os corsos (*Capreolus capreolus*). No meio aquático surgem a truta-fario (*Salmo trutta*), a lontra (*Lutra lutra*), a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus* Geoffroy) e o sapo-comum (*Bufo bufo*).

3.4 FLORA

Esta área protegida tem uma importância extrema na conservação de espécies faunísticas distintas, uma vez que se situa numa zona de transição entre a floresta temperada de caducifólias característica do Minho e Douro Litoral, e a floresta esclerófila mediterrânica do sul do país. A flora aqui presente varia em função da altitude considerada, predominando nas zonas altas a associação arbórea *Quercus pyrenaica* Willd e *Betula alba* L., nas zonas baixas frescas o *Quercus robur*, e nas zonas baixas e abrigadas mais soalheiras, o *Quercus suber* e o *Arbutus unedo* L. (Moura, 2001). Referência ainda para a Urze-Peluda, *Erica tetralix*, que surge nos terrenos pantanosos e vidoais húmidos, constituindo um habitat prioritário (segundo a Directiva Habitats). Evitando a relação descritiva das espécies vegetais existentes, destacamos apenas a presença de amieiros (*Alnus glutinosa* L.), freixos (*Fraxinus angustifolia* Vahl.), ulmeiros (*Ulmus* sp), aveleiras bravas (*Corylus avellana* L.), sanguinhos (*Frangula alnus* Miller) e vidoeiros (*Betula* sp.) nas galerias ripícolas das linhas de água, constituindo ecossistemas de grande valor paisagístico para a conservação da natureza.

Algumas das espécies vegetais do Parque surgem referenciadas do Anexo II da Directiva Habitats, como “espécies botânicas ameaçadas”. São elas a *Festuca duriotagana*, *Festuca*

elegans, *Marsilea quadrifolia*, *Narcissus asturiensis*, *Veronica micrantha* e a *Murbeckiella sousae*.

4 PERCURSO DA VISITA

4.1 ALDEIA DE ARNAL

A primeira paragem da nossa visita de estudo foi na aldeia de Arnal, que sendo uma das principais aldeias do PNA é uma das que se encontra melhor preservada. A aldeia está enquadrada numa paisagem de caos granítico, onde o picoto resultante do abatimento da cumeada da serra ocupa uma posição dominante. Esta formação geológica funciona como refúgio da gralha-de-bico-vermelho, não se conhecendo no entanto o seu local de nidificação. Neste espaço deparámo-nos com diversos problemas ao nível da gestão, colocando-se algumas questões pertinentes:

1. Como manter a biodiversidade num contexto tão adverso
2. Como “rimar” os usos com a protecção (sendo o Homem o principal problema do sistema)

Numa tentativa de dar resposta a estas questões, foram tomadas algumas medidas ao nível da arquitectura local e da preservação dos costumes, cujo trabalho está bem patente na recuperação da capela e na sua ligeira deslocação lateral, afim de permitir a passagem de viaturas para o cimo da povoação. Por outro lado, salientamos a aquisição e recuperação de uma antiga casa, por parte do PNA, cujo objectivo era conceber um espaço que permitisse, simultaneamente, mostrar aos visitantes o que era a casa tradicional das aldeias de montanha e criar um espaço de lazer, convívio e formação para uso da própria comunidade – **Núcleo de Técnicas Tradicionais de Arnal**. O PNA construiu ainda um abrigo coberto, com dupla-função: por um outro antecipa a “chegada” à aldeia dos transportes públicos, permitindo à população abrigar-se das condições climáticas adversas, e por outro confere abrigo às caixas de correio dos habitantes locais, facilitando a recepção de correspondência. Muito embora todas estas obras fossem feitas a pensar na população da aldeia como forma de a compensar pelo “atraso temporal” e pelo afastamento físico do meio urbano – numa perspectiva de gestão integrada – nem todas elas foram bem sucedidas, uma vez que a sala de lazer e convívio não é utilizada, a casa tradicional é pouco visitada e o abrigo coberto está um pouco “vandalizado” e pouco estimado.

Para completar a paragem nesta aldeia, visitámos ainda a **Escola Ecológica de Arnal**, instalada naquela que era a antiga casa do guarda-florestal. Este espaço está vocacionado para receber acções de formação profissional e respectivos grupos (formandos e formadores) e como tal, foi convertido em dormitório e refeitório, com ocupação máxima para 12 pessoas. Existe ainda um espaço anexo que foi recuperado como sala de formação, mas que está actualmente inactivo. A estrada de acesso à **Escola** foi construída pela mesma altura da recuperação dos edifícios (uma vez que era inexistente), mas é particularmente íngreme e difícil de percorrer. Foi, no entanto, o percurso possível.

Este projecto, embora ambicioso e com grande potencial, encontra-se em desuso (com a finalidade inicial), constituindo um insucesso nas actividades de gestão do Parque.

4.2 PARQUE DE MERENDAS

A segunda paragem desta visita foi no parque de merendas junto à barragem. Neste ponto, pudemos abordar alguns dos actuais principais problemas de gestão do parque. Em primeiro lugar, foi referida a presença da **Cabana** de refeições, cuja arquitectura está perfeitamente desenquadrada das características do parque. Para piorar a situação, existe um “chalé suíço” construído logo atrás da cabana e onde reside o proprietário da mesma. O PNA tem vindo ao longo dos anos a tentar dialogar com o proprietário da cabana no sentido deste abandonar a actividade, em troca de uma compensação (financeira ou de outro tipo). No entanto tal não foi até hoje possível, pelo que o referido proprietário será brevemente intimado pelas entidades competentes a fazê-lo – recorrendo para tal a uma ordem de despejo legal.

A perspectiva deverá ser a de que **“o turismo é que se deve adaptar às condições e populações locais e não o contrário”**.

Ao nível da **Barragem**, foi mais uma vez referido que aquando da sua construção não foram tidos em conta factores como a reduzida bacia de retenção, a elevada infiltração – resultante da composição geológica do terreno (que é de granito) – e a qualidade da água (o terreno adjacente à barragem é bastante rico em húmus, pelo que a água não é de grande qualidade). Por estes motivos, a barragem deveria ter sido construída noutro local, mas as forças políticas intervieram nesta escolha, forçando a actual localização. Neste aspecto, o PNA não tem poder de veto, pelo que a política venceu e a barragem foi construída.

4.3 ALDEIA DE LAMAS DE OLO

Para finalizar esta visita, contemplámos a aldeia de Lamas de Olo, que paralelamente à de Arnal é uma das mais importantes do PNA. A aldeia está instalada numa situação de meia encosta, ladeada por afloramentos graníticos e encimando um conjunto de lameiros de composição xistosa. Estes lameiros são produtivos e de extrema importância para toda a aldeia, suportando a actividade bovina com denominação de origem. Estes lameiros assumem ainda um papel muito importante na gestão integrada do PNA, quer em termos de conservação do solo, reduzindo os fenómenos de erosão, quer em termos de conservação da biodiversidade herbácea aí existente.

A povoação tem um centro bem definido, onde está presente a maioria das habitações antigas. Existe no entanto uma tendência para abandonar estas casas – mais pequenas – e construir outras novas na periferia, com melhores condições. Também os estábulos dos animais estão a ser deslocalizados para a periferia, por uma questão legal, o que contribui para um aumento nas condições de higiene dos animais, reduzindo a intensidade de ataque dos parasitas.

Com o objectivo de conservar as características arquitectónicas e a “fisionomia” da aldeia, melhorando as condições de vida dos residentes locais, o PNA assegurou a realização de

algumas obras estruturais dentro da própria aldeia, das quais destacamos: a construção de abrigos cobertos (pouco conseguidos), de um recreio para a escola e de um centro polivalente (com uma sala para a Junta de Freguesia, uma sala para espectáculos de teatro, um quarto para a Paróquia ou outra entidade e um posto de primeiros socorros) e o empedrar das ruas e do largo e do acesso à Igreja. Estas infra-estruturas, apesar de aparentemente não terem uma relação directa com a gestão do PNA são importantes na medida em que não é possível dissociar os agrossistemas das aldeias, sendo necessário cuidar de todo o “sistema”. **Só é possível manter as populações nos limites do Parque se estas estiverem satisfeitas com o seu estilo de vida.**

5 SUGESTÕES PARA A RESOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS

Após enumerar aqueles que nos pareceram ser alguns dos principais problemas de gestão do PNA, parece-nos lógico e útil sugerir algumas potenciais soluções para esses mesmos problemas.

Para solucionar a questão referente ao **estilo arquitectónico das casas** a construir (de gosto por vezes discutível...), bastaria que os projectos de arquitectura das mesmas fossem elaborados pelo Gabinete de Apoio Técnico do Vale do Douro Norte, a custo zero ou reduzido para os proponentes, como forma de incentivo. Desta forma, assegurar-se-ia um estilo uniforme e enquadrado na realidade local.

Para garantir a **ocupação da Escola Ecológica**, deveria o próprio PNA ser o promotor de acções de formação destinadas a certos sectores da sociedade – professores, jornalistas, autarcas, grupos de risco em recuperação (toxicodependentes, ...), escuteiros e outros – que funcionariam também como uma forma de angariação de verbas para a administração do Parque. Nestas acções deveriam ser distribuídos folhetos informativos sobre o PNA.

De forma a **dinamizar e dar a conhecer o PNA**, sensibilizando a comunidade, a direcção poderia estabelecer protocolos com as escolas, no sentido de organizar jornadas nas próprias instituições de ensino para divulgação do Parque, das suas características e actividades. Os professores costumam ser muito receptivos a estas iniciativas.

Considerando que o PNA abrange parte do concelho de Vila Real, seria interessante estabelecer **protocolos de investigação** com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) para estudo de parâmetros no âmbito da fauna, flora, geologia, sociologia, antropologia, ecologia e tantos outros. Mais uma vez, estes trabalhos poderiam funcionar como angariação de mão-de-obra e verbas para a gestão do Parque.

Por fim, sem no entanto esgotar o vasto leque de opções possíveis, sugerimos que o PNA crie uma **rede de percursos pedonais** assinalados, com pontos de paragem em locais chave, onde possa existir alguma informação sobre os mesmos. Se possível, esses percursos passariam pelas aldeias mais carismáticas, sugerindo locais a visitar.

6 CONCLUSÕES

Apesar do extenso trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela direcção do Parque, pudemos constatar ao longo das várias visitas académicas que realizámos que, apesar de se tratar de uma área protegida com inquestionável relevância a nível nacional (e não só), não existe uma relação de cumplicidade entre os habitantes do parque e do concelho com o próprio Parque, mas sim um grande distanciamento. Muito trabalho haverá ainda por fazer nesse âmbito, bastando para tal que haja vontade das pessoas e das entidades envolvidas e isso é que se torna difícil de gerir.

7 BIBLIOGRAFIA

Cabral, F. C. (2003). *Áreas protegidas e de maior valor e sensibilidade ecológica*. Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

Leão, F. et al. (s.d.). *Conservação dos valores faunísticos no Parque Natural do Alvão: Plano de Ordenamento de uma Área Protegida - um caso prático*. Universidade de Aveiro.

Moura, Robert Manners. (2001). *O Parque Natural do Alvão – Entre o Homem e a Natureza*. Texto destinado aos alunos de Gestão de Áreas Protegidas, do curso de Arquitectura Paisagista. ICN – Parque Natural do Alvão.

Moura, Robert Manners. (2004). *O que é Arquitectura Paisagista? Contributo para uma reflexão*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Série Didáctica – Ciências Aplicadas, nº 171). 2ª edição. Vila Real.

Moura, Robert Manners. (2004). *Os Fundamentos e os Antecedentes da Conservação da Natureza*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Série Didáctica – Ciências Aplicadas, n.º 164). Vila Real.

Sítios WEB consultados:

<http://pt.wikipedia.org>, Março de 2006

<http://viadupla.weblog.com.pt>, Março de 2006

<http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt>, Março de 2006

<http://www.geira.pt>, Março de 2006

<http://www.iambiente.pt>, Março de 2006

<http://www.icn.pt>, Março de 2006

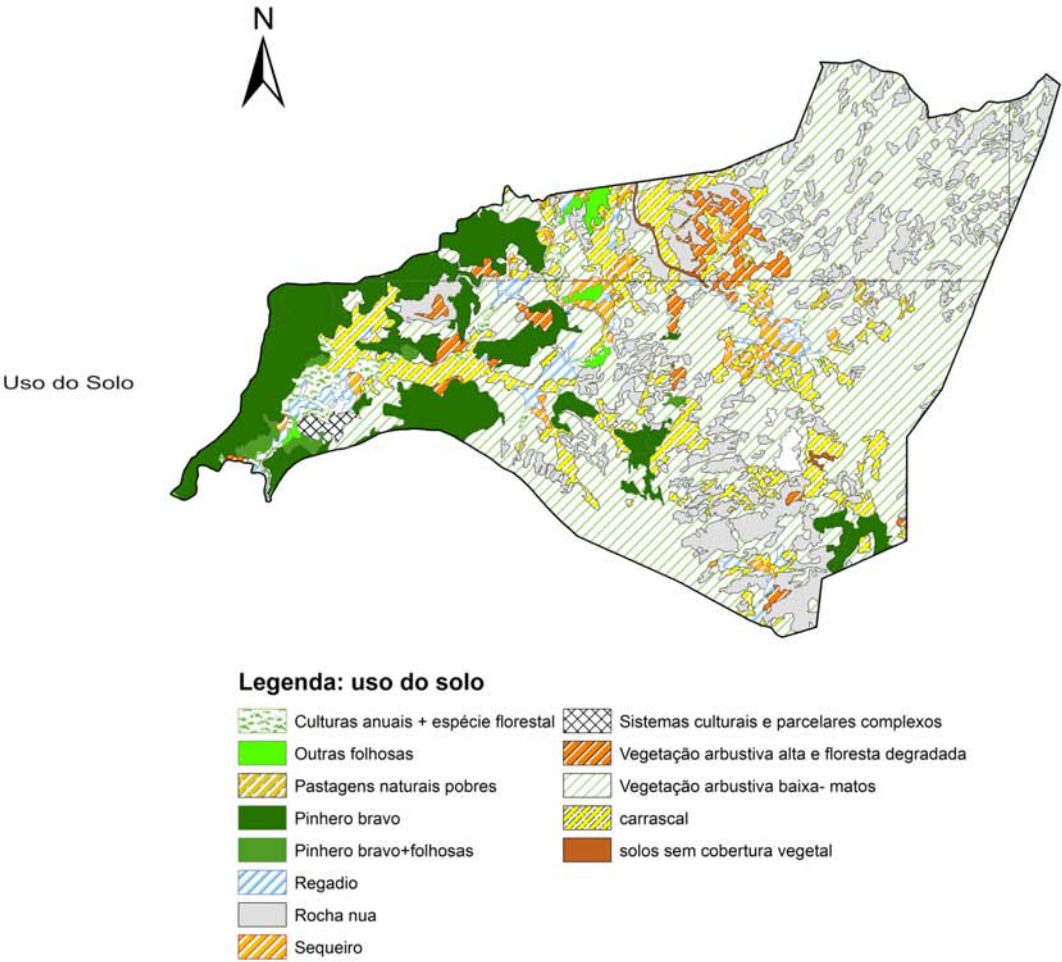
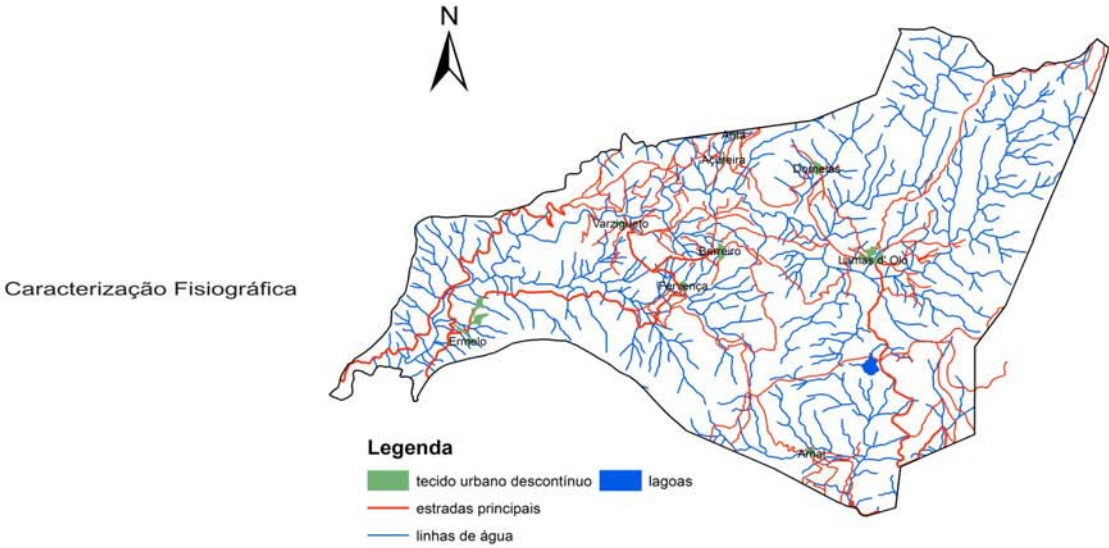
<http://www.isa.utl.pt>, Março de 2006

<http://www2.ufp.pt>, Março de 2006

Apontamentos recolhidos pelos alunos durante a visita de estudo

ANEXOS

Breve caracterização do Parque Natural do Alvão



Fonte: Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente

Picoto granítico numa paisagem de "caos de blocos" visto da aldeia de Arnal e da Escola Ecológica
 Autor: F. Reis



Aspectos da aldeia de Arnal
 Autor: F. Reis



Aspectos do Núcleo de Técnicas Tradicionais de Arnal
 Autores: Susana Fonseca e F. Reis



Aspectos da Escola Ecológica de Arnal
 Autor: Susana Fonseca

Aspectos do Parque de Merendas, junto à Barragem

Autores: Susana Fonseca e F. Reis



Aspectos dos lameiros xistosos, junto à aldeia de Lamas de Olo

Autores: Susana Fonseca e F. Reis

